



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1010334-37.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário**
 Requerente: **Andrea Romaoli Garcia**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

ANDREA ROMAOLI GARCIA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Banco Santander (Brasil) S/A, também qualificado, alegando que sua relação jurídica com o banco se dá em razão da conta corrente nº 01.042313.4, Agência 3926, e que em razão de dita conta corrente possui cartão de crédito e que em razão da crise econômica que atingiu o Brasil passou por momento de grande desequilíbrio em suas contas e em razão disso fez uso do crédito pessoal disponibilizado pelo requerido e que teria cumprido com o avençado até agosto de 2017 quando tornou-se inadimplente, vindo, então, a renegociar sua dívida por meio da Central de Call Center dando origem à Cédula de Crédito bancário nº 00333926320000443080 e que uniria todos os saldos em aberto e atrasado; entretanto, dias depois recebeu notificação do *serasa experian* informando que o requerido havia incluído seu nome nos cadastros de mau pagadores; passa, então, a discorrer sobre os vícios que fulminam o contrato, uma vez que existe uma confusão entre as taxas de juros aplicadas, lhe sendo impossível entender o que realmente está pagando, ressaltando que no momento da contratação, que se deu por telefone, não lhe fora informada a taxa de juros efetivamente aplicada, bem como não há no contrato que lhe foi entregue informação sobre cobrança de comissão de permanência, sustentando, ademais, ser inconstitucional e ilegal a capitalização de juros de forma composta, isso porque a MP 2.170-36 é inconstitucional uma vez que viola expressamente o art. 62 da CF/88, requerendo seja declarada a inconstitucionalidade da do art. 5º da MP 2.170-36/2001 no que tange à permissão para cobrança de juros capitalizados de forma composta e na periodicidade inferior a um ano, bem porque a Sumula 121 do STF proíbe a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada, esclarecendo que referida Sumula não foi revogada pela de nº 596 também do STF, de modo que entende que a necessidade de revisão do contrato firmado com o requerido para exclusão dos juros capitalizados de forma composta, devendo ser utilizado, em substituição, tabela Gauss, bem como que seja afastada a cobrança de comissão de permanência, devendo ser aplicado, em caso de mora, somente os percentuais legais, isto é, juros de 1% e correção monetária, pugnando pela aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor, invertendo-se o ônus da prova, de modo que lhe deverá ser repetido o valor cobrado indevidamente, além dos encargos da sucumbência.

O requerido ajuizou execução de título extrajudicial embasada no contrato ao qual a autora/executada buscar revisão, motivo pelo qual foi determinado apensamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

dos autos.

Em apenso constam os embargos à execução de título extrajudicial (1002418-45.2018.8.26.0566), processo nº 1005201-10.2018.8.26.0566, que tramitava na 7ª Vara Cível da Comarca de Bauru, cuja reunião foi determinada por respeitável decisão que reconheceu a conexão entre a ação revisional e os embargos, na forma postulada pela autora, aqui embargante.

A embargante sustenta, em resumo, excesso de execução, pelos mesmos fundamentos de fato e de direito exarados na ação revisional, acima indicados, no que tange à ilegalidade da cobrança dos juros, que reputam abusivos, e da necessidade de repetição do indébito, com os consectários legais.

O réu contestou o pedido, preliminarmente, impugnando o valor atribuído à causa, uma vez que em ações revisionais o valor da causa não pode ser o do contrato todo mas sim o valor que entende correto; no mérito sustenta que todos os encargos e juros cobrados foram devidamente pactuados, não havendo que se falar em ilegalidade, arguindo que seria, em verdade, o caso de extinguir-se o feito, pois a autora/executada/embargante deixou de especificar quais as cláusulas pretende revisar, porém defende que todos os índices de juros e demais encargos livremente pactuados devem prevalecer, em homenagem ao princípio do *pacta sunt servanda*, e que o teor do Decreto-Lei 22.626/33 não se aplica aos contratos bancários, conforme ampla e solida jurisprudência, inclusive sumulada pelo STF (596) e que não merecem acolhida as alegações de inconstitucionalidade da Medida Provisória 2.170/2001, de modo a concluir pela improcedência da ação.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

De início, anota-se ser o Código de Defesa do Consumidor aplicável às instituições financeiras, conforme entendimento pacificado pelo C. STJ, por meio da Súmula n. 297.

Entretanto, a simples ocorrência de relação jurídica entre as partes regida pelas normas consumeristas, não tem o condão de, por si só, invalidar o que foi livremente pactuado, havendo necessidade de se demonstrar a existência de eventuais ilegalidades aptas a inquinar de nulidade suas cláusulas.

A tese da autora e embargante, de que a capitalização mensal dos juros seria prática proibida pelos art. 4º e art. 11 do Decreto nº 22.626/33, bem como pela Súmula nº 121 do E. Supremo Tribunal Federal, por implicar em anatocismo, bem como a discussão a respeito da existência de vício de origem na edição das Medidas Provisórias nº 1.963-17/2000 e Medida Provisória nº 2.170-36/ 2001, por suposta violação do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26.02.1998, ou, ainda, a respeito de vício de inconstitucionalidade nessas normas, acaba *prejudicada* quando, analisado e lido, vê-se que o contrato de crédito pessoal de fls. 298/309, firmado entre as partes em 29 de agosto de 2017, no valor de R\$ 126.762.71, previu o pagamento em 60 prestações no valor igual de R\$ 4.680,27, com juros pré fixados de 2,79% ao mês e 39,13% ao ano (*vide fls. 298*).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

É que, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros*”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ¹).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida*” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ²).

Não se olvida que para o referido cálculo do valor da prestação, a matemática financeira faça uso da tabela *price*, sob a alegação de que, implicando em capitalização, seria prática igualmente proibida,

Contudo, valha-nos mais uma vez a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para afirmar não haja ilegalidade alguma na aplicação da referida tabela *price*, a propósito do julgado seguinte: “*A Tabela Price não compreende anatocismo*” (cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 ³).

No mesmo sentido: “*Embargos à execução. SFH. Sentença de improcedência. Apelação. Juros remuneratórios dentro dos limites legais. Laudo pericial. Tabela Price não compreende anatocismo. Jurisprudência do STJ em sede de recurso repetitivo. Seguro devido. Admitida a prévia atualização do saldo devedor para posterior amortização. Súmula 450 do STJ. Plano de Comprometimento de Renda e reajuste das prestações*” (cf. Ap. nº 9000043-57.2008.8.26.0564 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/11/2015 ⁴).

E tampouco caberá se falar da utilização de tabela alternativa, no caso, a *Tabela Gauss*, conforme entendimento do mesmo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO -Tabela Price - Admissibilidade - O emprego do sistema francês de amortização não implica prática de anatocismo e nem afronta a legislação vigente Inexistência de ilicitude em tal previsão, que não importa abusividade nem dá azo ao enriquecimento ilícito da outra parte - Capitalização de juros - Inocorrência - Acordado o pagamento em parcelas mensais fixas, a taxa pré-fixada já está diluída, não havendo que se falar em capitalização de juros Juros remuneratórios - Limitação dos juros em 12% ao ano - Inaplicabilidade às instituições financeiras - Súmula 596 do STJ Ausência de abusividade no percentual contratado Inaplicabilidade da tabela "Gauss"*” (cf. Ap. nº 1018939-20.2014.8.26.0002 - 18ª Câmara de Direito Privado TJSP - 10/12/2014 ⁵).

Em seguida, pretende a embargante que os juros remuneratórios sejam limitados ao que chama de “taxa legal”, em 12% a.a., matéria cuja discussão, com o devido respeito, beira a má-fé, na medida em que já pacificada há décadas, inclusive com edição de Súmula Vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, a saber: “*A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br.

³ www.esaj.tjsp.jus.br.

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br.

⁵ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ⁶).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

Logo, permitida a capitalização de juros em período inferior a um ano nas cédulas de crédito bancário, não há qualquer irregularidade na adoção da Tabela Price, independente de ter ou não havido a capitalização decorrente de sua utilização.

Por outro lado, ainda que não tivesse sido objeto de convenção, seria possível a capitalização, vez que restou definido que a mera previsão no contrato de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é o bastante para a exigência da taxa anual ajustada, sem que haja ofensa à Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), como na hipótese, pois no título os juros anuais superam os mensais quando calculados linearmente.

Adota-se, portanto, orientação do STJ, que reconhece a legalidade da incidência capitalizada dos juros, nos casos de o contrato haver sido realizado posteriormente à entrada em vigor da MP nº 1.963-17 e apresentar previsão daquela prática, ou seja, ter sido pactuada a capitalização mensal (cf. AgRg no REsp. 879.902-RS, STJ, 3ª T., rel. Min. Sidnei Benetti, j. 19-6-2008; REsp. 1.039.878-RS, STJ, 3ª T., rel. Min. Massami Uyeda, j. 27-5-2008; Ag.Rg. no Resp. n. 992.182-RS, 3ª T., Rel. Min. Nancy Andriighi, j. 6-5-2008; AgRg. no A.I. n. 875.067-PR, STJ, 3ª T., Rel. Min. Ari Pargendler, j. 6-12-2007, in Boletim do Superior Tribunal de justiça 5/2008, p. 21).

O contrato aqui discutido está subordinado ao novo regramento, pois apresenta previsão expressa de capitalização mensal dos juros.

É o entendimento expresso na súmula 539 do STJ: “É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP 1.963-17/00, reeditada como MP 2.170-36/01), desde que expressamente pactuada”.

Outrossim, inviável a declaração incidental de inconstitucionalidade da MP nº 2.170-36/01, uma vez que o STF, por maioria de votos, deu provimento ao RE nº 592377, rel. Min. Marco Aurélio, firmando o entendimento de ser constitucional o art. 5º da MP nº 2.170-36/01, como constou do acórdão publicado no DJe em 20-3-2015, cuja ementa é a seguir transcrita: “**CONSTITUCIONAL. ART. 5º DA MP 2.170/01. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS COM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA. SINDICABILIDADE PELO PODER JUDICIÁRIO. ESCRUTÍNIO ESTRITO. AUSÊNCIA, NO CASO, DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA NEGÁ-LOS. RECURSO PROVIDO. 1. A jurisprudência da Suprema Corte está consolidada no sentido de que, conquanto os pressupostos para a edição de medidas provisórias se exponham ao controle judicial, o escrutínio a ser feito neste particular tem domínio estrito, justificando-se a invalidação**

⁶ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

da iniciativa presidencial apenas quando atestada a inexistência cabal de relevância e de urgência. 2. Não se pode negar que o tema tratado pelo art. 5º da MP 2.170/01 é relevante, porquanto o tratamento normativo dos juros é matéria extremamente sensível para a estruturação do sistema bancário, e, consequentemente, para assegurar estabilidade à dinâmica da vida econômica do país. 3. Por outro lado, a urgência para a edição do ato também não pode ser rechaçada, ainda mais em se considerando que, para tal, seria indispensável fazer juízo sobre a realidade econômica existente à época, ou seja, há quinze anos passados. 4. Recurso extraordinário provido”.

No que diz respeito à cobrança da comissão de permanência, que a autora afirma tenha a mesma natureza da correção monetária e dos juros remuneratórios, cumpre considerar não tenha sido contratada, a propósito do que se vê no documento, conforme fls. 303 – item 28 – *Encargos de Inadimplência* – em caso de inadimplência a obrigação vencida será acrescida de juros remuneratórios conforme previsão do preâmbulo (2,79 %), multa de 2% e juros de mora de 1%, não havendo qualquer menção à comissão de permanência.

De acordo com a Súmula 296 do Superior Tribunal de Justiça, “os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado”

Assim, plenamente possível para o período de inadimplemento, seja admitida a cobrança de juros remuneratórios (à taxa prevista nos contratos para o período de normalidade), de juros de mora (1% ao mês) e multa (2%).

Nesse sentido: *CONTRATO BANCÁRIO – REVISIONAL – ENCARGOS MORATÓRIOS – Hipótese em que não foi demonstrada a cobrança de comissão de permanência nos contratos, mas de juros remuneratórios, de mora e multa, para o período de inadimplência – Juros remuneratórios para o período de inadimplência, contudo, que devem ser cobrados na forma da Súmula 296 do STJ, devendo ser limitados, assim, à taxa prevista no contrato para o período da normalidade – Recurso provido parcialmente.* (TJSP; Apelação 0102581-41.2010.8.26.0100; Relator (a): Luiz Arcuri; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 33ª Vara Cível; Data do Julgamento: 12/12/2017; Data de Registro: 14/12/2017)

E conforme se depreende da análise da planilha de calculos apresentada pelo exequente/réu/embargado (fls. 28 – autos nº 1002418-45.2018.8.26.0566), somente foi incluído juros de mora de 1% e multa, conforme expressa previsão contratual, não tendo sido cobrada comissão de permanência.

O(a) autor(a)sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto 1) JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, proposta por ANDREA ROMAOLI GARCIA contra Banco Santander (Brasil) S/A, em consequência do que CONDENO o(a) autor(a) ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida; 2) JULGO IMPROCEDENTE os embargos à execução nº 1005201-10.2018.8.26.0566, opostos por ANDREA ROMAOLI GARCIA contra Banco



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Santander (Brasil) S/A, em consequência do que CONDENO o(a) autor(a) ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida

Colacione-se cópia desta sentença nos autos dos embargos á execução supramencionados.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 27 de setembro de 2018.

VILSON PALARO JUNIOR

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA